



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 997/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE nº 10907/2015.**

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Fundo Municipal de Educação de Tabatinga.

**4- Exercício:** 2014.

**5- Responsável:** Sr. Raimundo Carvalho Caldas, Gestor do Fundo Municipal de Educação de Tabatinga.

**6- Unidade Técnica:** DCAMI – Relatório Conclusivo nº 75/2015 (fls. 204/222).

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2755/2015-MP-ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fls. 223/224).

**8- Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

**EMENTA:** Prestação de Contas. Fundo Municipal de Educação de Tabatinga. Exercício 2014.

*Contas Irregulares. Revelia. Alcance. Multas. Prazo. Determinação a origem. Notificação. Comunicação ao MPE.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, em **consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

**9.1- À unanimidade**, no sentido de:

**9.1.1- Julgar Irregular** a Prestação de Contas Anual do Fundo Municipal de Educação de Tabatinga, referente ao exercício financeiro de 2014, de responsabilidade do ordenador de despesa, Sr. **Raimundo Carvalho Caldas**, conforme o art. 22, inciso III, alínea “a”, “b” c/c art. 25, da Lei n.º 2.423/96-LO/TCE), considerando as ocorrências das restrições sobreditas e não sanadas desta instrução;

**9.1.2- Julgar revel** o Sr. **Raimundo Carvalho Caldas**, ordenador de despesas do Fundo Municipal de Educação de Tabatinga, referente ao exercício financeiro de 2014; com fulcro no art. 88, da Resolução nº 04/2002 TCE/AM;

**9.1.3- Considerar em alcance** o ordenador de despesa, Sr. **Raimundo Carvalho Caldas**, no montante de **R\$ 7.591.606,89** (sete milhões, quinhentos e noventa e mil, seiscentos e seis reais e oitenta e nove centavos), com devolução aos cofres públicos do município de Tabatinga corrigidos nos moldes do artigo 304, inciso VI, da Resolução nº 04/2002 - Regimento Interno do TCE, devido às restrições acostadas nos itens 20/29, do Relatório/Voto;

**9.1.4- Aplicar multa** ao Sr. **Raimundo Carvalho Caldas**, ordenador de despesas do Fundo Municipal de Educação de Tabatinga, exercício 2014, com fulcro no



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 997/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

artigo 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c artigo 308, VI da Resolução nº 04/2002 TCE/AM, **no valor de R\$ 20.000,00**; em face do disposto nos itens 18/19; 34/36; 37/39; 41/45, do Relatório/Voto;

**9.1.5- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias** para o recolhimento das **multas no montante de total de R\$ 33.152,36** aos cofres da Fazenda Estadual, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 72, III da Lei nº 2423/96 c/c o art. 169, I do Regimento Interno deste Tribunal (Resolução nº 04/2002), autorizando a instauração de inscrição do débito na Dívida Ativa e instauração da cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, *ex vi* o art.173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

**9.1.6- Determinar** à origem:

a) O cumprimento do disposto na Resolução nº 03/2013 TCE/AM, quanto a adoção do MCASP e elaboração de um Plano de Contas, sob pena de multa do art. 308, IV, “b”, da Resolução nº 04/2002 TCE/AM, em caso de reincidência;

b) O cumprimento do art. 42. da Lei Complementar nº 101/2000, evitando incoerências nos Orçamentos da ente público;

**9.1.7- Notificar o Sr. Raimundo Carvalho Caldas** com cópia do Relatório/Voto, e o Acórdão para ciência do decisório e, para querendo, apresentar o devido recurso;

**9.1.8- Comunicar**, em decorrência dos indícios de improbidade administrativa (Lei nº 8.429/92), o fato ao Ministério Público Estadual para adoção das providências pertinentes, colocando-se os autos à sua disposição;

**9.2- Por maioria**, no sentido de:

**9.2.1- Aplicar multa ao Sr. Raimundo Carvalho Caldas**, ordenador de despesas do Fundo Municipal de Educação de Tabatinga, exercício 2014, com fulcro no artigo 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c artigo 308, II da Resolução nº 04/2002 TCE/AM, no valor de **R\$ 13.152,36** (treze mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos), em face aos atrasos de remessa dos dados pelo e-Contas nos **12 meses do ano de 2014 (jan/dez)**, conforme consta no item 10/12 do Relatório/Voto.

***Vencido o voto-destaque do Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro pela inaplicabilidade de multa pelo atraso no ACP.***

**10- Ata:** 43ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 25 de novembro de 2015.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente, em substituição), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

Diário Eletrônico do TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**

TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS - DIRAC

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

**ACÓRDÃO Nº 997/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro-Presidente, em substituição

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Relator

**ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA**  
Procurador-Geral